

NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E A ESCOLA: Laços possíveis na contemporaneidade

Gessica da Cruz dos Santos

Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Nordeste da Bahia – FANEB e Especializanda em Educação Infantil pela mesma instituição. E-mail: gesticagost@hotmail.com

Emelson José Silva Santos

Graduado em Letras Vernáculas pela Faculdade Ages, Especialista em Língua Portuguesa pela Faculdade João Calvino, Especialista em Língua Portuguesa pela Faculdade Pio X e Mestrando em Letras pelo Profletras. E-mail: emelsonjose@hotmail.com

José Batista de Souza

Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe, Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – CE. E-mail: jbdesouza@bol.com.br

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo refletir de que maneira a formação crítica-reflexiva do professor contribui para um novo olhar e acolhimento das crianças advindas de famílias homoafetivas no ambiente escolar. Para sua elaboração, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tendo como aparatos: Ariès (1978), Carvalho (2011), Gatti (2013), Kramer (2006), etc. Com a pesquisa, só conseguimos discernir, o quanto a ampliação desse novo público escolar deve ser vista com outros olhos pelo professor, que depois da família, é reputado como componente fundamental para a formação do indivíduo. Através desse papel, a formação continuada está exercendo a função de grande contribuinte para atender esta nova população, que embora possua outra estrutura familiar, não poderá receber um olhar diferenciado. A escola é tida como um segundo lar, lugar onde a criança também encontrará afeto e respeito por sua identidade, que também vem para contribuir no crescimento daqueles que estão no seu ciclo.

Palavras-chave: Criança. Família homoafetiva. Escola Crítica-reflexiva.

ABSTRACT

This research has as purpose to reflect how the reflexive critical formation of the teacher contributes to a new vision and reception of the children from homosexual families at school environment. For its elaboration was performed a bibliographic research, having as apparatus Ariès (1978), Carvalho (2011), Gatti (2013), Kramer (2006), etc. With the research, we only get to discern how much the extension of this new school public must be seen with other view by the teacher that, after the family, is reputed as essential component to the individual formation. Through this role, the continuing formation is exercising a function of big contributor to attend this new population, that although it has another familiar structure it won't be able to receive a differentiated vision. The school is seen as a second home, place where the child will also find affection

and respect for its identity, which also contribute in the growth of those that are in its cycle.

Keywords: Child. Homosexual Family. School Reflexive critical.

1 INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, foi priorizada a reflexão sobre as contribuições da formação crítico-reflexiva para a receptividade de crianças da Educação Infantil, advindas de famílias homoafetivas que compõem as novas configurações familiares na contemporaneidade. Ao tratar destas crianças da Educação Infantil, precisamente dos 4 aos 5 anos, percebemos nos últimos anos, diferentes formações familiares, pois, recentemente, a união estável de homoafetivos foi aprovada no Brasil. Com ela, para a família ser completa, os casais optam pelo uso da inseminação artificial ou in vitro, e também, a adoção, que diferentemente da união estável, não é tão recente no cenário nacional.

A escola como instituição de extrema importância para o contexto social, também tem que estar atenta a essa nova configuração familiar. Por ainda ser um assunto “novo”, muitos professores, com vários anos de formação, principalmente na Educação infantil, não estão preparados para esta recepção, e por isso, é necessária uma formação continuada, para que os mesmos tenham um olhar mais atento e pedagógico para receber estas crianças, logo no primeiro contato destas com a escola.

Para que esse caminho seja trilhado com êxito, sentiu-se a necessidade de uma pesquisa inteiramente bibliográfica, pois a mesma norteia todo o embasamento teórico que irá frisar pontos relevantes desse trabalho. Para que este levantamento seja feito com mais veracidade, teve-se como auxílio fichamentos, arquivos, livros, sínteses e etc.

A pesquisa se deu através da realização de um levantamento bibliográfico, com ênfase em pesquisas científicas e livros que abordam a temática em análise, visando achar respostas para a problemática abordada e contribuir para a ampliação das discussões relativas a essa temática tão importante no contexto social.

Devemos ver que, diante das grandes problemáticas escolares, não incluindo somente alunos

com necessidades especiais, bullying escolar, agressividade infantil, dificuldades de aprendizagem, dentre outros assuntos importantes para a Educação, as novas configurações familiares, especialmente da união homofetiva se destacam nesse novo momento no qual se encontra a educação. Iremos discutir como o pedagogo recepciona essas crianças com outra estrutura familiar no dia a dia de sua função.

2 NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

A concepção sobre a infância se delineou por um trajeto longo. Durante muito tempo as crianças eram vistas apenas como um tamanho menor do que o adulto. A necessidade de uma nova concepção surgiu depois de algumas mudanças sociais e, essas mudanças causam efeitos até hoje no cenário educacional. Para compreendermos melhor essa questão, é necessário que se tenha um entendimento sobre o assunto.

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer, que essa ausência se deve à incompetência ou à falta de habilidade. O mais provável seria que não houvesse lugar para a infância nesse mundo [...] (ARIES, 1978, p. 17).

Percebemos também, uma grande influência da Igreja sob a dificuldade de se haver uma nova figura dentro da família.

É importante frisar que a historicidade da infância e da criança, é bastante complexa, pois conseguimos perceber o quanto diversos fatores influenciaram no discernimento da criança dentro da sociedade. A Igreja e a Arte foram primordiais, nas mudanças sofridas nesse contexto.

Ariès (1978) ressalta justamente como ocorreu esse entendimento sobre a infância, que revela como a criança passou a ser tratada, até que se percebesse que ela estava totalmente pronta para chegar a um convívio igualitário com os adultos, visto que, para que este processo existisse dentro da sociedade, ocorreram diversos momentos relevantes, até que acontece de forma definitiva, o seu papel não só no seio familiar, mas também, como figura fundamental na sociedade. Para Souza (2007, p.139):

[...] O mundo adulto misturava-se ao mundo da criança, pois não havia uma compreensão da infância como um momento singular da vida humana, pelo qual a criança passava. A ideia de infância se formou muito lentamente, ao longo dos últimos séculos. Portanto, a infância é uma construção social.[...].

Com todas as mudanças ocorridas, naquele momento, até hoje percebemos que o ponto de partida sempre ocorreu por parte da construção realizada pela sociedade em geral. Outro fator, também não menos importante seria o sentimentalismo, ou seja, a necessidade do surgimento de um novo membro dentro da família.

Quando partimos para a infância no Brasil, diversos contrapontos são levados em consideração, dentre eles, a insignificância que a criança exercia dentro da sociedade. Percebemos com (LAGE, 2011, p. 13-14) quando a mesma faz a seguinte afirmação:

Diferente do passado, quando a infância não era reconhecida como tal, e o papel desta na sociedade era semelhante ou igual a nada, nos dias atuais a infância e o cuidado com ela é supervalorizado, ética e moralmente. Porém, os pais não têm o mesmo tempo disponível para seus filhos como no passado, quando apenas o pai trabalhava para sustentar a família e a mãe ficava em casa para cuidar e educar seus filhos.

As crianças eram então “inexistentes”, portanto, isso não foi de fato um acontecimento isolado, assim a compreensão sobre a criança e a infância prevaleceu por um tempo muito longo, e isso não foi diferente no Brasil.

Para Ariès (1978, p. 159) “[...] O clima sentimental era agora completamente diferente, mais próximo ao nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola.” Contudo, fica ainda mais evidente as concordâncias sobre este período, que talvez possua uma vertente árdua em alguns momentos, mas depois de sua compreensão diversas concepções foram formuladas.

Assim, com todo aparato histórico do qual possuímos uma acessibilidade, vemos que as crianças e a infância não possuíram um lugar de prioridade desde o início dos tempos, mas sim, um papel fundamental como o meio de conquista para se chegar até os dias atuais. Portanto, partindo do pressuposto de que no século XVII, a criança não era vista da maneira como deveria, conseqüentemente, a infância era inexistente. Todo o processo possuiu um caráter “adulto”, onde as crianças exerciam as funções de um adulto, independentemente, se isso incluiria a mão de obra ou não, eram vestidas como eles e não possuíam a proteção devidamente merecida.

Mas não somente Ariès possuiu um certo interesse pelo estudo da história da infância. No estudo realizado vemos que surgiram algumas concepções um tanto que opostas às suas, a

exemplo do que diz Júnior (2010, p. 21): “[...] essas correspondências entre períodos históricos diferenciados partem da arbitrariedade de que há um caminho pronto para se trilhar na História, e nele, uma defasagem de que quase dois séculos [...]”

Ao falar dessa realidade tão próxima, o autor faz uma crítica a Ariès, ao tratar a infância como uma situação real no Brasil desde o século XVI, que então, passa a ser oposta ao que muito foi dito sobre a infância. Mas, atualmente, é possível perceber os resultados dessa nova concepção, seus lugares e direitos adquiridos. A Educação é um exemplo, pois mesmo depois do surgimento do conceito, nem todos possuíam o acesso à Escola. Diferente dos dias atuais, onde a mesma está acessível ao público.

2.1 Definição de Família

Para compreendermos as diversas mudanças dentro da estrutura familiar, pensamos como ela surgiu, de que maneira ela é, ou deve ser. Primeiramente, a família é um síncrono de indivíduos que através da ligação parental, tem como finalidade a formação do lar.

Seu entendimento demorou a acontecer, tanto quanto o conceito sobre a criança e a infância. Vemos, que as ligações entre elas existem, já que uma é fator dependente da outra. Historicamente, muitos elementos auxiliaram nessa “formação familiar”, dentre eles a Igreja. Ariès (1978, p.154) com exatidão nos mostra que: “[...] A família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com a criança.” Assim, a cada mudança no olhar sobre a criança, a família foi inserindo o seu lugar na sociedade.

As famílias, ao alcançarem esse novo pensamento sobre criança e infância, passaram a exercer o que observamos dos lares atuais, como o trabalho para o conforto de toda a família e à proteção para seus descendentes.

Depois dessa conquista, a família ganhou todo um aparato legal, o que a assegura de diversos deveres e direitos, agregados junto com eles a responsabilidade de cuidado aos seus descendentes. Segundo a Lei nº 8069, 1988, art. 226 (BRASIL, p.144): “§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.” Conseqüentemente, através da união é possível adquirir o aparato oferecido em Constituição Federal, assegurando não só ao

casal, mas também, às suas crianças.

Neste inciso, aponta-se que a união só poderá acontecer entre o homem e a mulher, isso porque a família deverá possuir uma estrutura formada através do sangue que a liga, ou seja, de forma não completa isso não poderá acontecer. Depois desta base que lhe foi dada, caso a oficialidade não existisse na união do homem e da mulher, os mesmos seriam como “excluídos” da sociedade.

Dentro desses conceitos, entendemos então que se a união não ocorrer entre pessoas do sexo diferente, automaticamente não será vista como uma família. No entanto, outra concepção começa a ser tratada com o decorrer do tempo. É o que mostra Carvalho:

[...] Percebe-se o cuidado com a valorização da pessoa em um significado diferente daquele codificado anteriormente. Estas novas formas de constituição de família, assim como o casamento, são baseadas no desejo de estar junto, cujo principal fator é a própria comunhão de vida (CARVALHO, 2011, p. 08).

Ou seja, mesmo indo de encontro ao que prega a Constituição acerca da temática família, percebe-se que aos poucos, a sociedade começa a ser formada por diferentes concepções familiares, sustentadas pelo princípio de que o mais importante numa família é o amor e o desejo de estar junto, independentemente da configuração.

2.2 Novas configurações familiares no século XXI

Com as grandes mudanças sociais, a família também iria passar por meio delas com advento de novas formas de família. O que ganha um grande destaque, e também uma certa responsabilidade sobre essas novas configurações familiares no século atual, é justamente o devoto a alguém. Se desde a infância, a criança e família passaram por difíceis processos para obter suas conquistas, neste contexto não será diferente.

Como vimos anteriormente, a visão que se tinha de uma família formada por homem e mulher, estava se abrindo para outras vertentes. Mas, ainda assim, constitucionalmente, isso ainda demoraria.

Quando tratamos de temas como a família, sabemos que há um grande tradicionalismo à frente dela. No entanto, com o passar dos anos e com as mudanças que a sociedade veio a

adquirir, a família também obteve progressos e novos modelos.

Em resumo, os princípios constitucionais gerais asseguram a convivência harmônica entre as diversas espécies de entidades familiares existentes na sociedade brasileira atual, independentemente de sua previsão expressa no texto constitucional, conferindo-lhes indistintamente o mesmo nível de reconhecimento e de proteção (CARVALHO, 2011, p.36).

Embora as novas configurações familiares, com suas estruturas não tenham sido consideradas pela Constituição Federal, a mesma já demonstrava uma certa visão sobre o assunto. Ao tratar dessas novas configurações familiares, demarcamos a relação homoafetiva, caracterizada por pessoas do mesmo sexo (dois homens ou duas mulheres).

Sabemos o quão impactante é respeitar esse novo modelo de união, pois em outros tempos poderíamos afirmar a inexistência de famílias como essas, além da conquista da união legal e também do direito aos seus descendentes, quando realizada pelo exercício da inseminação artificial, ou de uma outra prática comum como a perfilhação.

É muito comum vermos como esse repúdio acontece de forma cotidianamente, em uma sociedade que evoluiu tanto desde o século XII, onde a concepção sobre a criança estava longe da realidade. Assim, em uma afirmação de Carvalho, (2011, p. 27), “se uma pessoa que se diga homossexual tiver condições, e a sua situação for mais vantajosa para a criança, não há motivos para a negação do seu pedido de adoção [...]”

Neste sentido compreendemos, que independentemente do sujeito ser homossexual, caso o mesmo tenha boas condições financeiras, e vontade de adotar uma criança para lhe dar amor, carinho e proteção, a adoção não poderá ser negada, ao não ser que algo pese contra ele.

Com o direito à união ou não, esse novo modelo de família existe. Com ele, vem também o que é necessário para o crescimento da família: os filhos. Essas crianças podem vir de adoção – o que é muito comum sendo uma das grandes conquistas destes casais –, ou da inseminação artificial ou em vitro.

Diversos desafios são encontrados para se viver como as famílias heterossexuais, e, embora tenha se tenha percebido algumas mudanças, percebe-se que, quando o casal homossexual fala em ter filhos, a situação é tratada como antinatural. Carvalho (2011, p.09)

Afirma que “anormal porque a homoafetividade se distância das regras tradicionais da família, que historicamente, é associada a casamento e concepção de filhos, necessariamente, o que faz supor sempre, uma relação heterossexual.”

A união homoafetiva é vista como algo “surreal” por fugir de todos os padrões que a sociedade impôs. Para aqueles que vivem dentro dessa configuração familiar, ainda há diversas dificuldades para serem respeitados, como um casal heterossexual.

Devido às mudanças sociais tão comentadas em outros momentos, vemos o quanto o público, advindo dessas novas famílias crescem no cenário educacional. Todo ser humano, possui o direito de viver da forma que achar melhor, além de que, para se alcançar os seus desejos, diversos direitos passaram a ser conquistados pelo homem e pela mulher dentro da sociedade.

3 OS DESAFIOS DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

É inegável o papel que a escola possui diante da sociedade. Por um longo tempo, a mesma não era vista da maneira que deveria ser, no entanto, diversas mudanças foram anexadas às escolas dentro dessa contemporaneidade. Então, conseguimos ver que em outros tempos a Escola era mais elitista do que nos dias atuais, isso porque o sujeito que tinha acesso ao Ensino Superior, por exemplo, possuía “meios” para isso, diferentemente de um indivíduo de outra classe social. Na Escola atual, as linhas de acesso estão mais acessíveis e isto foi um passo muito importante dado por ela no mundo contemporâneo.

A conquista da inserção inicial da criança na escola surgiu de maneira associada ao capitalismo, quando os pais sentiram a necessidade de ir além do seio que os cercavam. Para isto acontecer, se fez necessário a presença da mesma, destacando a Educação Infantil como relevante na formação da criança. Kramer (2006. p. 798), afirma que “o tema das crianças de 0 a 6 anos e seus direitos, a política de educação infantil, as práticas com as crianças e as alternativas de formação vêm ocupando os debates educacionais e a ação de movimentos sociais no Brasil nos últimos 20 anos. [...]”

Atualmente, vemos todos os dias em jornais, na TV, revistas, redes sociais, e outros meios de comunicação, as mudanças ocorridas na sociedade. O mais interessante é a maneira como a escola atual vem trabalhando com isso. As mudanças em seu ambiente caminham junto a ela

e isso é frisado por Gatti (2013, p. 52):

A educação é processo que envolve necessariamente pessoas com conhecimentos em níveis desiguais propondo-se a compartilhar esses conhecimentos. A educação escolar é uma ação intencional que pressupõe a atuação de um conjunto geracional com outro mais jovem, ou com menor domínio de conhecimentos ou práticas, na direção de uma formação social, moral, cognitiva, afetiva e, num determinado contexto histórico, social e institucional.

Essa visão não deve ser percebida somente em outros tempos vividos da escola, mas também nos dias de hoje, onde são frequentes os diferentes alunos que a mesma recebe todos os dias. A intenção da escola hoje é exatamente esta: promover a socialização, a criticidade por parte dos jovens. Com isso, reforçamos ainda mais o papel na Educação Infantil. Logo a mesma tem o papel da receptividade do primeiro contato da criança com a Escola.

Independentemente do que ela foi, a Escola hoje enxerga de outras maneiras o exercício de suas funções, incluindo o papel do educador, que antes só “depositava” em seus alunos o que para ele deveria ser passado. Ser agente de transformação era uma realidade distante à época, mas, muito comum na contemporaneidade. Por isso Medel em (2013, p. 11) sintetiza que “a sala de aula constitui um ambiente educativo relevante, pois é lá que as crianças se encontram diariamente e compartilham suas experiências de aprendizagem, e aprendem.”

A bagagem que vem com o aluno nos dias atuais, mostra para a instituição escolar o quanto é relevante adicioná-la a sua proposta, e isso agrega tudo que o mesmo traz do seio familiar. Presentemente, a escola tem ganhado um público advindo de novos contextos familiares. Assim é necessário que ela possua uma base sólida, formada de uma boa prática crítica-reflexiva, já que nesse contexto está associada à família homoafetiva, sendo ela com núcleo formada por duas mães ou mesmo, dois pais.

Em algumas situações são percebidas à preocupação com a preparação do ambiente para esta receptividade. Para tratar disso, alguns educadores enfrentam obstáculos não só com algumas profissionais que estão inseridos na escola, mas também, consigo mesmos. Para Gatti (2013, p. 59):

Os professores são os mobilizadores da educação escolar e a escola é hoje a instituição social basilar na instrução e formação para a vida civil, porta para outras formações e para a construção continuada da democracia e a luta pelos direitos humanos. [...].

Ou seja, qualquer que seja a estrutura familiar da qual a criança tenha vindo, a mesma possui

todo direito à Educação, da mesma maneira que crianças de famílias formadas por casal heterossexual.

3.1 A educação infantil e seus impasses

Não há somente como citar um único problema dentro do cenário educacional. As dificuldades que assombram a educação como um todo, agregam desde as estruturas nas Leis que regem a Educação à estrutura dos ambientes, e não menos importante à formação dos professores, mais precisamente o currículo pelo qual o mesmo passa para adquirir a sua formação.

Embora se tenha ultrapassado diversos obstáculos, a Educação Infantil, por exemplo, ainda sente a necessidade de melhoria em alguns quesitos. Diante das diversas mudanças, a sociedade contribui fortemente para transformações dentro da escola.

Este período é de grande relevância para a criança, pois é justamente o período de grandes descobertas. A noção sobre o exercício da cidadania acontece justamente nesse ambiente, o que pode e o que não pode ser feito. Kramer (2006. p. 809):

Educação e pedagogia dizem respeito à formação cultural. O trabalho pedagógico precisa favorecer a experiência com o conhecimento científico e com a cultura, entendida tanto na sua dimensão de produção nas relações sociais cotidianas quanto como produção historicamente acumulada, [...].

Apesar de a Educação que acontece dentro da escola possuir todo um aparato legal, onde o currículo deve ser seguido, é necessário associar a realidade do aluno junto com suas intenções e unir esses dois itens, o que na maioria das vezes ainda é um grande desafio para o professor da Educação infantil.

Alguns itens são instrumentos para o bom exercício da Educação Infantil, a exemplo do cuidado e da atenção, como aponta Kramer (2006). A esse respeito, cabe destacar que as relações educativas na Educação Infantil são estabelecidas pela função indissolúvel entre cuidar/educar, função bastante discutida nos Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil (BRASIL, 2006).

Quando falamos sobre este ambiente acolhedor, pensamos como acontece a receptividade

dos professores para com estes alunos que possuem um novo núcleo familiar. Tendo em vista, um ponto bastante relevante, que é justamente o papel da Educação Infantil dentro da sociedade, aproximar não só a família do ambiente escolar, mas também toda a comunidade se torna uma necessidade.

Sabemos que harmonizar essas relações não é uma tarefa fácil, pois, além do professor ter que lidar com as novas informações “impostas” pelos avanços sociais, o mesmo carrega consigo o papel de abraçar este novo aluno, sem ter a ideia de diferença em relação a outras crianças que possuem uma família heterossexual.

Em diferentes momentos fala-se da problematização quanto ao currículo para a formação dos professores. Isso ganhou ainda mais força com os diferentes fatores que surgiram dentro da sociedade. De acordo com Gatti (2013. p. 64):

Mesmo com as novas iniciativas em políticas de formação docente, continua sem solução a questão dos currículos e das formas institucionais quanto à formação inicial de professores – na verdade, quanto ao cerne dessa formação. Quanto às formas institucionais e aos currículos relativos à formação de professores, uma verdadeira revolução nas estruturas formativas e nos currículos se faz necessária. [...].

Com esta afirmação, percebemos ainda mais as imensas crises que rondam a parte curricular dos cursos, mais especificamente os de Pedagogia, e ainda temos a certeza que essa problemática surge na formação inicial.

4 A FORMAÇÃO CRÍTICO-REFLEXIVA DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Atuar no ambiente onde será o primeiro contato da criança fora do seio familiar é uma tarefa um tanto que especial, pois o professor da Educação Infantil possui um papel ainda mais significativo, visto a sua relevância no contexto social excede as paredes do ambiente escolar. Assim, conviver com as crianças exige do profissional, uma maneira singular de recebê-las, já que é nesta etapa que o desenvolvimento ocorre de forma essencial.

Essa concepção, ganha um reforço ainda maior quando vemos a afirmação de Guimarães (2000, p. 07-08):

Portanto, a proposta pedagógica de várias instituições de Educação infantil deve ter como objetivo garantir à criança acessos aos processos de assimilação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes culturas, linguagens, assim como o direito à

confiança, respeito, proteção, saúde, liberdade, dignidade, brincadeira, convivência e à interação com outras crianças no ambiente escolar.

É na inserção da Educação infantil que também, além de ensinar, o profissional aprende ainda mais, pois é responsável pela formação mais importante do indivíduo. O que é necessário para a boa convivência entre as crianças é assegurado por esses profissionais.

A formação deste profissional consegue ir além de tudo aquilo que compõe uma grade curricular, visto que, o sentimento e a emoção são parceiros nesta caminhada.

Para Freire (2013, p. 40), “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. [...]”. O ponto de partida para a procura da problemática na formação do professor está na sua fase inicial, mas para que isso ocorra é necessário que se tenha conhecimento do que a prática foi e do que ela será.

Grandes discussões são realizadas quando se trata desse assunto, no entanto, nem sempre conseguimos enxergar de maneira crítica aquilo que fazemos. Mas é de grande relevância compreender que talvez mais que qualquer outro profissional, o docente tem que estar eticamente preparado para abraçar seu público. Guimarães e Oliveira (2000, p.11) afirmam que: “[...] se não houvesse mudança de postura em relação à visão sobre a criança, a Educação Infantil não teria mudado a sua forma de conduzir o trabalho docente, e assim, conseqüentemente, não teria surgido um novo perfil de educador para essa etapa de ensino.”

Todo caminho histórico correlacionado à criança traz para a contemporaneidade grandes pontos positivos. O novo perfil do professor da Educação Infantil, faz grande parte dessa mudança. Esta mudança da qual falamos está justamente interligada ao modo como realiza sua prática e isso é uma característica do professor, principalmente desta modalidade.

Nunes (2001, p.39) sugere que “[...] pesquisas sobre o saber da Ação Pedagógica poderiam contribuir para o aperfeiçoamento da prática docente e formação de professores, considerando, além dos conhecimentos científicos [...] o saber nascido da prática, [...]”. Não se pode mudar aquilo que não acha necessário. Portanto, quanto maior e melhor for a interpretação do dia a dia, o profissional irá então sentir a necessidade da pesquisa e da reflexão de suas práticas.

4.1 Conceito de Formação crítico-reflexiva

Quando pensamos no novo perfil do professor, não devemos só imaginar nos que estão adentrando agora no mercado, mas também naqueles que já possuem grande experiência no exercício da docência.

Temos a formação crítica-reflexiva como um instrumento de melhoria para esses profissionais que já estão formados a um determinado tempo, e também como uma continuação para aqueles que acabam de sair da instituição na qual concluiu sua licenciatura. Assim, pensar de maneira crítica e reflexiva sobre sua própria ação é fundamental.

É neste sentido que pensamos pertinente orientar as práticas de formação contínua de professores, as quais deverão integrar não só a racionalidade técnica, mas também a racionalidade prática e crítica que permitam aos formandos – aos professores – a sua actualização contínua, não exclusivamente numa perspectiva de aquisição (de conhecimentos, de qualificações), mas fundamentalmente de desenvolvimento profissional e pessoal [...] (SILVA, 2000, p. 104).

Estar atento somente à teoria, não quer dizer que sua prática será bem exercida. Por isso, a autora frisa o pensar de maneira crítica sobre o seu desempenho. Portanto, é necessário que esta construção crítica seja feita de maneira cuidadosa.

Para compreendermos de forma mais clara, percebemos diversos caminhos como modo de chegar até esse discernimento sobre a formação, que é vista como um meio de mudança sobre o novo perfil do professor nesta contemporaneidade. Desde um determinado tempo, já se pensava sobre essa formação. Afirma assim, Nunes (2001, p. 36):

[...] podendo ser consideradas como parâmetros para sua própria prática. Suas análises enfatizaram o quanto o professor aprende a partir da prática, embora reconheça que os cursos de formação de professores, tanto inicial como continuada, ainda não favorecem a articulação entre a formação teórica acadêmica e os conhecimentos oriundos do universo escolar.

Para que as mudanças ocorram, é necessário que a pesquisa sobre o que é almejado seja realizada. No Brasil, isso pode não ser tão frequente quanto o que se necessitava, no entanto, acontecia. Toda essa “pressão” quanto à pesquisa está associada às mudanças pelas quais a sociedade como um todo vem passando.

4.2 As contribuições da formação crítico-reflexiva para o professor

Hoje, na sociedade na qual estamos inseridos, percebemos as mudanças que ocorrem no dia

a dia, e, dentro da escola não é diferente. São diversos os públicos que passam na sala de aula diariamente. Se essa reflexão sobre a prática do professor for pensada de maneira crítica, conseqüentemente o mesmo irá perceber o seu crescimento não só como profissional, mas também como pessoa.

Nem sempre se tem uma visão dinâmica e contemporânea, mas como profissional atuante na docência, é ainda mais relevante que se tenha essa concepção, portanto quanto maior e melhor for a interpretação do dia a dia, o profissional irá então sentir a necessidade da pesquisa e da reflexão de suas práticas.

Segundo Freire (2013, p. 40), “por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. [...]”. Assim, notamos este subsídio como um instrumento a ser usado não só dentro da sala de aula, mas que auxilie o próprio professor.

O que sugere o estudo é justamente que esta reflexão seja feita principalmente no início da formação, e que seja continuada durante o decorrer da vida profissional, pois com as constantes mudanças sofridas pela sociedade, essa necessidade é sentida diariamente pelo docente e discente.

Para Silva (2000, p.103), “pensamos, assim, adquirir sentido as concepções de formação que valorizam não só a aquisição de conhecimentos, mas, sobretudo o desenvolvimento de competências e, nesse sentido, o desenvolvimento profissional”. Valorizar não só a aprendizagem, mas também a maneira de como acolher o novo, como ter um olhar não só pessoal, mas ético sobre aquilo que se propõe.

Ao tratar desta formação, pensamos que todo profissional deveria exercê-la, mas o professor tem um papel fundamental nisto. Para Freire (2013 p. 40):

[...] Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de por que estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica. [...]. Para mudar e de cujo processo se faz necessariamente sujeito também.

Percebemos aqui o efeito do pensamento sobre a própria prática, e o que é despertado no

professor é justamente o crescimento como indivíduo. Dentre todas essas mudanças sociais, o acolhimento de crianças advindas de uma união homoafetiva, deverá ser visto não como algo repugnante, como algo discrepante em relação às outras crianças, mas, como algo diferente, porém, normal, visto que o ser humano não é reconhecido pelo gênero, mas, pela pessoa que é.

Para Freire (2013 p.36), “é próprio do pensar ao certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas cronológico. [...]” Não se pode exercer uma formação continuada sem estar pronto para receber aquilo que é visto como “diferente”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo realizado, percebemos como a contribuição desta formação pode ser extremamente relevante para este acolhimento. A Educação infantil possui o privilégio desta receptividade. Ao inserir seus filhos em uma instituição escolar, os pais esperam que os mesmos tenham um retorno positivo, pois seus filhos foram separados do seio familiar, onde toda rotação foi substituída pela confiança na escola.

A sociedade necessita de novas concepções sobre os novos modelos de família, embora as mesmas não sejam muito recentes, é notório percebermos na literatura o quanto ainda há uma exclusão desse novo perfil de parentela, composto por casais homoafetivos que na atualidade, se fazem tão presentes, quanto a família heterossexual, visto que, embora a Constituição Federal ainda frise que a união seja entre homem e mulher, diversos direitos foram conquistados ao longo do tempo.

Quando falamos nesse novo modelo de família, logo pensamos na filiação da mesma e isto está incluso nos direitos conquistados. E agora percebemos com mais clareza a importância da Escola. Este acolhimento não é nada menos que sair de um ambiente que se sente inteiramente protegido e adentrar em outro.

Isto não descarta algo: o preconceito a ser enfrentado pela criança. Porém, o docente é visto como uma proteção, assim como o pai e a mãe do mesmo. E para que este desconforto não seja de autoria do próprio professor, a formação crítico-reflexiva é a possível solução para

esta problemática, pois infelizmente, não se pode mudar a formação inicial, que já aconteceu. No entanto, o comodismo por parte destes profissionais também não poderá viver diariamente no crescimento profissional. Assim, como ressaltado por alguns autores usados para a pesquisa, a ética é vista como o maior passo para a construção dessa formação

E é sempre relevante ressaltar que a Educação Infantil presenteia seus alunos com o cuidado e a atenção, os quais os pais procuram quando os inserem na Escola.

REFERÊNCIAS

- ÁRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- Brasil. Ministério da Educação. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica – Brasília, DF, 2006.
- CARVALHO, Solange Araújo Paiva de. **União Estável Homoafetiva**. Fortaleza, 2011. Monografia (Especialização em Direito de Família, Registros Públicos e Sucessões) – Universidade Estadual do Ceará, Escola Superior do Ministério Público. 42 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 47º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GATTI, Bernardete A. Educação, escola e formação de professores: **políticas e impasses** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013. Editora UFPR.
- GUIMARÃES, Caroline Fernandes; SILVA, Lucineide; OLIVEIRA Elizabete Gaspar. **Perfil do professor da educação infantil**. Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas da EDUVALE - ISSN 1806-6283.
- LAGE, Michelle Torres; Rosa, Marco André Cernev. **Evolução da infância no Brasil: Do anonimato ao consumismo**. Revista Eletrônica de Educação. Ano IV. Nº 08, jan./jul. 2011.
- KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no brasil: **educação infantil e é fundamental**. Educ. Soc. , Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006.
- MEDEL, Cássia Ravena Mulin de A. **Educação Infantil: da construção do ambiente às práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2013
- NUNES, Célia Maria Fernandes. Saberes docentes e formação de professores: **Um breve panorama da pesquisa brasileira**. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, Abril/2001
- SILVA, Ana Maria Costa e. A formação contínua de professores: **Uma reflexão sobre as práticas e as práticas de reflexão em formação**. Educação & Sociedade, ano XXI, n o 72, Agosto/00

SOUZA, Maria Cecília Braz Ribeiro de. **A concepção de criança para o Enfoque HistóricoCultural** / Maria Cecília Braz Ribeiro de Souza. -- Marília, 2007.